

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Isaac Carmo Cardozo

**A GESTÃO PÚBLICA DE SEGURANÇA ATRAVÉS DA POLÍTICA
PÚBLICA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS
DROGAS – PROERD EM SÃO BORJA**

Cerro Largo, RS
2018

Isaac Carmo Cardozo

**A GESTÃO PÚBLICA DE SEGURANÇA ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO
PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD EM
SÃO BORJA**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Pública**.

Aprovado em 20 de julho de 2018:

Roberto da Luz Junior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Pascoal José Marion Filho, Dr. (UFSM)

José Odim Degrandi, Dr. (UNISC)

Cerro Largo, RS
2018

RESUMO

A GESTÃO PÚBLICA DE SEGURANÇA ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD EM SÃO BORJA

AUTOR: Isaac Carmo Cardozo
ORIENTADOR: Roberto da Luz Junior

O presente trabalho avalia se a Gestão Pública de Segurança, através das políticas públicas preventivas desenvolvidas pela Brigada Militar na efetivação do Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (PROERD), tem reduzido a violência na cidade de São Borja de 2007 a 2017, levantando dados sobre a implantação do programa no que diz respeito ao número de participantes, escolas beneficiadas e ocorrências policiais para perceber se os resultados são positivos com relação a diminuição da criminalidade juvenil dentro do período pesquisado. Utilizou-se da metodologia qualitativa quando realizada a pesquisa bibliográfica e quantitativa através da coleta de informações disponibilizadas pela Brigada Militar e de dados primários sobre ocorrências policiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. O trabalho da Brigada Militar acontece não apenas por meio da emprego da repreensão, mas também pela utilização de políticas públicas que permitam antever e impedir os delitos, como é o caso do PROERD que tem por finalidade a prevenção e a diminuição do uso de drogas e da violência junto à comunidade escolar. Com o programa, a Brigada Militar de São Borja utiliza de recursos públicos da área de segurança pública para diminuir a violência atuando junto às escolas, através de policiais militares capacitados e instruídos, possibilitando a integração com os pais dos alunos, através de palestras e cursos específicos. Conclui-se que as políticas de segurança públicas podem ser consideradas a principal ferramenta de combate preventivo à criminalidade, capaz de mudar o atual quadro da segurança pública brasileira.

Palavras-chave: Gestão Pública; Políticas Públicas; Combate à Violência; PROERD.

ABSTRACT**THE PUBLIC SECURITY MANAGEMENT THROUGH THE PUBLIC POLICY OF THE EDUCATIONAL PROGRAM OF RESISTANCE TO DRUGS IN SÃO BORJA**

AUTHOR: Isaac Carmo Cardozo
ADVISOR: Roberto da Luz Junior

The present study assesses whether Public Security Management, through the preventive public policies developed by the Military Brigade in the implementation of the Drug Resistance and Violence Education Program (PROERD), has reduced violence in the city of São Borja from 2007 to 2017, raising data on the implementation of the program with regard to the number of participants, beneficiary schools and police occurrences to see if the results are positive regarding the decrease of juvenile crime within the period studied. The qualitative methodology was used when the bibliographic and quantitative research was carried out through the collection of information provided by the Military Brigade and the primary data on police occurrences of the Public Security Secretariat of Rio Grande do Sul. The work of the Military Brigade happens not only through of the use of reprimand, but also by the use of public policies to anticipate and prevent crimes, such as PROERD, whose purpose is prevention and reduction of drug use and violence in the school community. With the program, the Military Brigade of São Borja uses public resources in the area of public security to reduce violence by working closely with schools, through trained military police officers, enabling integration with the parents of the students through lectures and courses specific. It can be concluded that public security policies can be considered as the main preventive combat against crime, capable of changing the current framework of Brazilian public security.

Keywords: Public Administration; Public Policy; Fight Against Violence; PROERD.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores Criminais de São Borja	13
Tabela 2 – Indicadores Criminais de Santana do Livramento.....	14
Tabela 3 – Indicadores de participantes do PROERD em São Borja.....	17
Tabela 4 – Indicadores de participantes do PROERD em Santana do Livramento	18

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 JUSTIFICATIVA.....	8
2 SEGURANÇA PÚBLICA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	10
3 A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO BORJA	13
4 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA UTILIZADAS PELA BRIGADA MILITAR DE SÃO BORJA.....	16
4.1 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA – PROERD	16
5 METODOLOGIA.....	19
6 CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Discutir segurança pública se tornou rotina, aparenta que tudo está atrelado a este tema. E representa que foi agora descoberto que segurança pública é um direito fundamental, predominantemente difuso, que os cidadãos e a sociedade possuem de sentirem-se protegidos, interna e externamente, exigindo políticas públicas de segurança praticada pelo Estado, e que sejam eficiente e eficaz.

Na atualidade a segurança pública é um dos problemas mais contundentes em nossa sociedade, a forma como o tema é explorado tem aumentado de forma significativa, os meios de comunicação tem diariamente noticiados crimes de repercussão, aumento dos números referente a criminalidade e suas consequências na população, como refere-se Chesnais (1999):

No Brasil, a violência, sobretudo urbana, está no centro do dia a dia e ocupa as manchetes dos jornais. Ela é assunto de especiais para a TV e, mais que tudo, assombra as consciências, de tal forma é ameaçadora, recorrente e geradora de um profundo sentimento de insegurança. Essa evolução é sintoma de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo e de um desregramento das instituições públicas. (CHESNAIS, 1999).

A criminalidade movimenta-se por todos os setores populacionais, portanto necessitasse de dinamismo na implementação de políticas de segurança pública, para sua aplicação e prevenção a praticas delituosas com antecedência. Esta sensação de insegurança afeta o país inteiro, inclusive as cidades com populações pequenas, como destaca Endliche e Fernandes (2014):

Esse fenômeno da violência e do sentimento de insegurança urbana alcançou um patamar de reprodução em pequenas cidades e até mesmo no campo muito próximo – e até superado em alguns casos – dos encontrados em cidades maiores. O fato é que a aceitação da existência da violência urbana na sociedade é percebida em todos os lugares, independentemente se a violência aumentou efetivamente, se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próximo as capitais ou distantes dos principais centros urbanos. (ENDLICHE e FERNANDES, 2014).

Tornando a segurança pública destaque e proporcionando a discussões de mecanismos de gestão pública de combate à criminalidade, principalmente sobre a eficácia e adequação das atividades públicas de prevenção de crimes, através de políticas públicas específicas para diminuição da violência.

O assunto segurança pública é amplo, e o presente trabalho visa analisar o Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (PROERD) como política pública utilizada na gestão pública pela Brigada Militar na cidade de São Borja, junto aos estudantes, como

forma de desenvolvimento da prevenção quanto ao uso de drogas e a violência e na construção da dignidade humana. Portanto, o problema de pesquisa deste trabalho volta-se à avaliar se a Gestão Pública de Segurança, através das políticas públicas preventivas desenvolvidas pela Brigada Militar, através do programa, vinculados ao 2º Batalhão de Policiamento da Área de Fronteira, tem reduzido violência na cidade.

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral avaliar a eficácia do PROERD no município de São Borja de 2007 a 2017, levantando dados sobre a implantação do programa quanto ao número de participantes, escolas beneficiadas e ocorrências policiais e percebendo se esses resultados são positivos com relação à diminuição da criminalidade juvenil dentro do período pesquisado. Analisou-se se as Políticas Públicas vinculadas à Brigada Militar da cidade de São Borja têm contribuído positivamente através da educação, na prevenção do uso de drogas pelos jovens, comparando quantitativamente o período de implementação das políticas públicas referente à Gestão Pública de Segurança Pública, as ocorrências policiais, crimes mais expressivos praticadas pelos jovens, segundo a natureza da infração penal, na cidade de São Borja.

O estudo apresenta uma comparação da aplicação do PROERD em São Borja com a cidade fronteira de Santana do Livramento, demonstra a situação da criminalidade na cidade de São Borja, aponta sugestões de investimentos por parte do Governo Estadual com o intuito de afastá-los das drogas. Finalmente, apresenta na conclusão a importância do enfrentamento direto às drogas, buscando novas ideias para criar condições objetivas para combatê-las e assim contribuir para a redução de um problema que aterroriza a sociedade.

1.1 JUSTIFICATIVA

A aplicação das políticas de segurança pública de prevenção tem sido um fator positivo para o não crescimento da violência em São Borja, mantendo os índices estagnados. A segurança pública trata-se uma preocupação constante por parte do Governo Federal, sendo abordada no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2010, p. 29), definindo a faixa de fronteira como um território brasileiro historicamente relegado pelo Estado, o que ocasionou diversos problemas como a falta de coesão social, fragilidade da gestão da segurança pública, precárias condições de cidadania, estagnação econômica, etc.

Faz-se necessária a continuidade das pesquisas referentes à segurança pública, especificamente nas áreas de fronteira, aonde se nota certa carência em publicações mais periódicas sobre o assunto. Nos últimos anos, houve acréscimo na aplicação de ações voltado as áreas de fronteira, havendo por parte do governo federal a criação do Enafon (Estratégias

Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), com a finalidade de melhorar a concepção de segurança pública em áreas de fronteira. A grande maioria das cidades localizadas em área de fronteira esteve estagnada frente ao crescimento econômico das capitais e regiões metropolitanas. Pesquisas referentes à segurança pública em áreas de fronteira são escassas, necessitando de indicadores das áreas de fronteira referentes a políticas públicas em áreas de fronteira.

Mesmo com efetivo reduzido, pois não houve a reposição dos policiais que passam para a reserva, bem como pelo aumento populacional, a Brigada Militar mantém a estratégica educacional da prevenção através da aplicação de políticas públicas junto às crianças e adolescentes. Estas amostras referentes aos programas são extremamente importantes serem divulgados de forma acadêmica, para se fazer uma análise dos resultados frente as necessidade de São Borja. A continuidade destas ações propostas pela Brigada Militar, tem sido um dos fatores do não aumento da violência em São Borja.

De acordo com Santos (2002, p.11), visualiza-se, de modo largo, a construção de um modelo de Gestão Pública de Segurança do cidadão composto por políticas sociais, por projetos sociais preventivas, protagonizados pelas administrações públicas, pelo mundo associativo, pelo terceiro setor e pelas escolas: trata-se da emergência da planificação emancipatória no campo da segurança, enfatizando a mediação de conflitos e a pacificação da sociedade contemporânea.

Estes projetos permitem a aproximação do policial à comunidade, criando um vínculo importante entre ambos, fortalecendo a ligação da população local com os agentes responsáveis pela a manutenção da ordem pública.

De acordo com Balestreri (1998, p. 08), os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais inclusiva. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje, é preciso também incluir com primazia no rol pedagógico outras profissões, que irrecusavelmente são formadores de opinião, como o policial. Assim, à luz desses paradigmas educacionais, é o mais abrangente, é um pleno e legítimo educador. E conclui que o policial é antes de tudo um cidadão e na cidadania deve nutrir sua razão de ser.

2 SEGURANÇA PÚBLICA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A grave crise na Segurança Pública, que hoje tem sido uma das grandes preocupações dos gestores públicos, não se refere exclusivamente às forças policiais, e sim a um não agir do Estado, frente às necessidades básicas da população com o aumento das desigualdades sociais. A gestão pública não está relacionada somente ao aumento do efetivo policial, aquisição de viaturas, investimento em equipamentos, mas sim o emprego para a diminuição da desigualdade social, que tem sido um dos combustíveis para o aumento da violência, dentre muitos outros problemas sociais, como destaca Chesnais (1999);

A sociedade brasileira é uma das mais desiguais, uma das mais estratificadas que existem. Aqui se encontra a mais extrema pobreza ao lado da mais fabulosa riqueza. Continua sendo o país dos privilégios pois a recessão econômica diminuiu a mobilidade social. O excesso de riqueza ostentada é vivido por muitos como uma provocação, daí a tentação do roubo e do dinheiro fácil. (CHESNAIS, 1999).

Portanto, a observância e a busca para que todas as pessoas vivam em condições dignas está no acatamento aos seus direitos fundamentais que estão alicerçados nas normas jurídicas nacional e internacional, sendo que sua evolução é histórica. Precisa-se compreender e distinguir os conceitos referentes aos direitos humanos e fundamentais. Sarlet (2017, p. 303) destaca que os direitos fundamentais e humanos tem como titular o ser humano e define que:

[...] direitos fundamentais se aplica àqueles direitos (em geral atribuídos a pessoa humana) reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo e determinado pelo Estado, ao passo que a expressão direitos humanos guarda relação com os documentos do direito internacional, por referir-se aquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portam, aspiram à validade universal, para todos os povos e em todos os lugares, de tal sorte que revelam um caráter supranacional (internacional) universal. (SARLET, 2017, p. 303).

Todas as políticas públicas devem ser alicerçadas no respeito a estes direitos fundamentais e humanos. Portanto, a Gestão Pública de Segurança Pública deve ter em seus princípios na manutenção e preservação destes direitos. A busca por uma sociedade mais digna, que contemple seus cidadãos com o acesso a condições humanas para se viver coletivamente é o que destaca Soares (2005, p. 17):

Quando nos referimos a políticas de segurança e nos preocupamos com o que denominamos segurança pública, desejamos alcançar, e teremos em mente a manutenção da ordem com respeito às leis e aos direitos humanos, reparações jurídicas compatíveis com o estado democrático de direito e redução da impunidade. (SOARES, 2005, p. 17).

A gestão pública na aplicação de Segurança Pública muitas vezes requer a análise de pesquisas do perfil socioeconômico de determinadas regiões, para se planejar estratégias eficazes para reverter índices negativos que são diariamente divulgados na mídia. Dentre as muitas definições de segurança pública, Lopes e Lemos (2011) entende que é o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão.

O nosso cotidiano tem demonstrado que alguns gestores públicos têm investido na área de Segurança Pública de forma meramente demagógicos baseados nas emoções populares, resultante de mortes violentas, aumento de roubos e furtos. Como divulgado, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011) afirma que as políticas de segurança pública do Brasil estão na contramão de programas internacionais. Dentre as muitas críticas dos pesquisadores, está à falta de inteligência e estratégica de órgãos federais especializados na produção de programas contra a violência, priorizando a atuação ostensiva. Este documento do IPEA relata que nos países em que houve a diminuição da violência aconteceu o investimento em dois pilares, quais sejam uma polícia inteligente se antecipando às ações delituosas e ações preventivas e focalizadas em crianças e jovens.

Em São Borja, a Brigada Militar se baseia nestes dois pilares, tendo apresentando dados que comprovam que embora dispondo um efetivo pequeno de 67 policiais militares, para uma população de 61.671, conforme o IBGE (2010).

A Carta Magna definiu a segurança como um direito social a ser concretizado pelo Estado, de modo a garantir que os cidadãos possam viver com dignidade, ter plena liberdade de ir e vir, garantindo-lhes a integridade física, psíquica e moral através de todos os mecanismos que estejam ao alcance. A Constituição Federal (CF, 88), em seu sexto artigo, estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Portanto, a prevenção tem seu embasamento legal na Constituição Federal de 1988, justificando a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD por policiais militares:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. (BRASIL, 1988).

Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Desse modo a Gestão Pública de segurança têm o arcabouço legal de estarem previstas na Constituição Federal, não somente como polícia ostensiva, aquela fardada, que causa uma sensação de tranquilidade pública, que o cidadão ao ver o policial tem certeza de que o Estado se faz presente, como também através da preservação da ordem pública.

Mas tem-se o devido conhecimento que a ordem pública que almejamos, precisa ser buscada pelos gestores de segurança pública através de políticas que realcem a prevenção de crimes, principalmente nas crianças e jovens. Por isso, a busca pela dignidade através da segurança pública é um direito fundamental, prescrito em nossa Constituição Federal e consequente utilizado nas políticas públicas de segurança pública.

3 A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO BORJA

As crianças e adolescentes enfrentam tensões e pressões relacionadas a características próprias da idade e do contexto social no qual estão inseridos. Além dos problemas específicos da idade, muitos jovens se encontram em condições desfavoráveis em meio à violência e à desigualdade social. Ressalta Abramo (2014):

Regina Novaes, em comunicação oral na UNIRIO, em 2012, indagou: o que é ser jovem no Brasil, num momento em que aumentam as expectativas de vida e, ao mesmo tempo, se espalham inseguranças e o “medo de morrer” cedo e de maneira violenta? (ABRAMO, 2014).

Não é diferente com os jovens de uma cidade fronteiriça, como o município de São Borja, onde estes estão suscetíveis à violência e ao envolvimento com drogas. Estes problemas têm influenciado na vida que as crianças e adolescentes poderiam levar, tendo em vista o senso comum de que há maior qualidade de vida em uma “cidade pequena do interior do Estado”, ou seja, presume-se que regiões metropolitanas possuem maior quantidade populacional, influenciando no aumento da criminalidade.

Os fatores que influenciam no aumento da criminalidade na cidade devem ser estudados constantemente pelas autoridades, considerando ainda que São Borja é uma cidade que faz fronteira com a Argentina, o que facilita o tráfico internacional de drogas.

Tabela 1 – Indicadores Criminais de São Borja

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Homicídio	8	9	5	6	8	7	9	9	12	12
Furto	991	977	1.088	1.032	1.102	1.247	1.656	1.702	894	604
Furto de Veículo	49	33	54	28	26	60	86	85	38	28
Roubos	151	99	114	114	125	99	109	118	173	171
Latrocínio	0	0	0	0	3	0	0	2	0	1
Roubo de Veículo	1	2	1	4	3	10	7	4	4	6
Delitos relacionados a armas	40	29	42	45	60	53	66	66	32	31
Entorpecentes - Posse	43	55	20	20	26	34	12	17	92	34
Entorpecentes - Tráfico	249	122	15	22	51	54	6	6	78	28

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SSP-RS

A tabela 1 mostra a evolução da violência em São Borja nos últimos dez anos. É possível visualizar pouca oscilação entre os crimes de homicídio, furto de veículos, roubo de

veículos, roubo, latrocínios, delitos relacionados a armas e munições e entorpecentes, havendo isoladamente, um aumento considerável dos furtos entre os anos de 2012, bem como a sua diminuição em 2016, demonstrando que, embora haja um crescente aumento da violência no Brasil, em São Borja continua controlada. No caso dos crimes relacionados com a posse e o tráfico de entorpecentes, podemos notar que houve uma diminuição de seus índices de registro de ocorrência policial.

De acordo com Abramo (2014, p. 53), os indicadores nacionais ressaltam a vulnerabilidade dos jovens, sendo os que mais matam e morrem. Portanto, investir em prevenção e aplicações de políticas de segurança pública, para haver redução destes índices é de extrema importância. Pesquisas relacionadas à violência apontam que 90% das vítimas são pessoas jovens ou que ainda estão na fase da adolescência (WAISELFISZ, 2015). Isso tem chamado à atenção das autoridades civis e militares para a classe juvenil, os quais têm tomado à iniciativa de construir projetos que visam uma vida social digna para estes jovens.

A tabela 2 apresenta dados da cidade fronteira de Santana do Livramento, que embora tenha uma população maior que São Borja, apresenta características parecidas referente aos índices de criminalidade e por ser cidade de fronteira.

Tabela 2 – Indicadores Criminais de Santana do Livramento

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Homicídio	17	10	8	6	8	9	11	12	6	7
Furto	1.558	1.576	1.542	1.272	1.169	1.111	1.050	1.122	1.236	1.156
Furto de Veículo	168	139	229	115	60	66	69	67	105	72
Roubos	121	225	164	122	119	106	112	136	165	179
Latrocínio	1	1	1	0	2	6	0	1	0	1
Roubo de Veículo	7	16	13	11	5	5	5	1	6	9
Delitos relacionados a armas	70	48	59	53	47	74	43	60	63	42
Entorpecentes – Posse	34	48	51	48	37	118	99	141	101	109
Entorpecentes – Tráfico	9	8	15	32	17	39	25	23	32	37

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SSP-RS

Por isso, a preocupação por parte da Brigada Militar de fazer a prevenção através da aplicação de políticas de segurança pública através do PROERD, junto aos estudantes de São

Borja é um instrumento de importância, pois afasta os estudantes do uso de drogas que auxilia no aumento da violência.

Conforme Carvalho (2014, p.36), o crescimento da violência tem mobilizado discussões no meio acadêmico e nos diferentes âmbitos da sociedade civil, colocando o tema como prioridade na agenda pública das políticas governamentais e no âmbito das pesquisas sociais, cabendo ressaltar que há escassas publicações referentes à utilização de políticas públicas por parte dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

4 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA UTILIZADAS PELA BRIGADA MILITAR DE SÃO BORJA

Destaca Graus (2015, p.511) que “a expressão políticas públicas designa todas as atuações do Estado, cobrindo todas as formas de intervenção do poder público na vida social”. E, conforme Abramo (1997, pp. 25-26):

[...] o Brasil nunca teve a tradição de políticas públicas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal, diferente dos outros países. Considerações sobre a tematização social da juventude do Brasil. (ABRAMO, 1997, p. 25-26).

A aplicação desta política de segurança pública pela Brigada Militar possibilita uma alternativa a mais por parte do Estado para o enfrentamento da violência. As crianças e adolescentes, por estarem em fase de desenvolvimento, são mais suscetíveis e vulneráveis ao uso de drogas.

Quanto à consonância do PROERD com as políticas sobre drogas, percebe-se, por meio do art.18, da Lei nº 11.343/06, que os objetivos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) vêm ao encontro dos objetivos do PROERD quando se tratam de atividades direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

4.1 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA – PROERD

O PROERD tem por base o programa D.A.R.E - *Drug Abuse Resistance Education* - que foi desenvolvido na cidade de Los Angeles - EUA - no ano de 1983. Foi trazido para o Brasil no ano de 1992, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo adequado à realidade brasileira.

Desde 1998, a Brigada Militar passou a desenvolver o programa no Rio Grande do Sul, e em São Borja em 2002, iniciativa de 4 (quatro) policiais militares que conseguiram superar barreiras culturais e conceituais e ampliar o Programa, a ponto de torná-lo, atualmente, o maior da Instituição e o mais abrangente, em prevenção primária sobre uso de drogas no Estado.

Tem como objetivo orientar os estudantes sobre os efeitos das drogas e da violência, através da aplicação de um currículo específico nas escolas de todo o Estado, abrangendo crianças e adolescentes matriculadas em estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Sendo que a criminalidade é decorrente em sua grande parte das drogas ilícitas e lícitas. Conforme a Nota de Instrução ensino e treinamento da Brigada Militar (2011, p.1):

Diante destes fatos a Brigada Militar importou o PROERD que é baseado no programa internacional D.A.R.E (*Drug Abuse Resistance Education*), tem o objetivo de desenvolver uma ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado (policia instrutor PROERD), professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência na comunidade escolar gaúcha. Terá abrangência principal para crianças dos 5º e 7º anos, da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para jovens do Ensino Médio das escolas públicas e privadas do Estado. A fim de complementar um ciclo de proteção integral em prevenção primária, proporcionará um currículo educacional de prevenção direcionado aos pais ou responsáveis dos alunos PROERD e adultos interessados em geral. (BRIGADA MILITAR, 2011, p.1)

Assim, constrói-se uma proposta inovadora e pró-ativa de atuação policial junto à comunidade escolar e a grupos de adultos, para desenvolver a prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas.

A aplicação do PROERD junto as escolas de São Borja tem por base a avaliação a partir de 2008. A análise da tabela 2 nos permite perceber que houve uma evolução no número de escolas e alunos participantes, entre 2006 e 2011, havendo um decréscimo a partir de 2012, bem como nenhum aluno formado em 2016, diminuição esta vinculada a falta de efetivo para ministrar as aulas do PROERD, que foi retomado com ênfase em 2017, com a formatura de 1397 alunos.

Tabela 3 – Indicadores de participantes do PROERD em São Borja

	Escolas participantes	Alunos participantes
2008	22	550
2009	24	620
2010	27	680
2011	28	700
2012	24	610
2013	20	500
2014	18	450
2015	14	350
2016	0	0
2017	20	1397

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela Brigada Militar de São Borja

Para melhor avaliarmos o PROERD na cidade de São Borja foi feito um comparativo com a cidade fronteiriça de Santana do Livramento, que embora tenha uma população de 82,464 (IBGE, 2010) maior que São Borja, apresenta características parecidas referente aos

índices de criminalidade, por proporção de habitantes. O que difere é que a cidade tem mais alunos formados pelo PROERD em relação a São Borja.

Tabela 4 – Indicadores de participantes do PROERD em Santana do Livramento

	Escolas participantes	Alunos participantes
2008	Não informado	1662
2009	Não informado	2520
2010	Não informado	1480
2011	Não informado	1692
2012	Não informado	2263
2013	Não informado	2314
2014	Não informado	2650
2015	Não informado	1790
2016	Não informado	1431
2017	Não informado	838

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela Brigada Militar de Santana do Livramento

Analisando as tabelas 3 e 4, nota-se que a cidade de Santana do Livramento teve mais alunos formados do que São Borja, isto tem a ver com um número maior de instrutores para ministrarem o PROERD em torno de 11 policiais militares.

5 METODOLOGIA

Ao realizar avaliação do PROERD em São Borja, a temática possibilita o uso da metodologia qualitativa por se tratar de levantamento bibliográfico e também quantitativa através de coleta de dados disponibilizados pela Brigada militar e primários recolhidos a partir de questionários. O método que cabe a este estudo é o dedutivo por acreditar na hipótese de que os o estudantes que passaram pelo PROERD não tiveram envolvimento com drogas. Conforme Prodanov e De Freitas (2013):

O método dedutivo proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão (PRODANOV e DE FREITAS, 2013, p.27).

Portanto a avaliação do PROERD parte do problema das drogas e da violência decorrente que causam na sociedade e a hipótese da prevenção através da aplicação do projeto junto às escolas de São Borja. Para tanto, os dados coletados serão explicados a partir da análise de conteúdo. Esse procedimento “constitui de várias técnicas onde busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos” (CAVALCANTE, CALIXTO e PINHEIRO, 2014, p.13).

A coleta de dados se deu junto ao 2º Batalhão de Área de Fronteira de São Borja (2ºBPAF), junto à secretária de coordenação dos projetos sociais. Primeiramente, houve uma necessidade de visualização da incidência de crimes em São Borja, para poder relacionar com a quantidade de alunos que fazem parte do programa.

6 CONCLUSÃO

A criminalidade no Brasil é um dos mais graves problemas que enfrentamos atualmente e o uso de drogas é um dos fatores que exercem influência direta nesta questão.

Pode se notar na comparação do gráfico da criminalidade com o do número de alunos que participaram do PROERD nestes anos, que em relação aos crimes contra a vida, especificamente os crimes de homicídios nota-se que entre os anos 2008 e 2013 oscilam entre 5 e 9 homicídios por ano em São Borja. A partir de 2013 houve uma diminuição na formação de alunos do PROERD até a ter nenhum aluno formado no ano de 2016, passando a ter um aumento considerável de 12 homicídios até 2017. Como o PROERD foi retomado em 2017, que aparentemente manteve seus altos índices de homicídio pelo fato da diminuição dos alunos nos anos anteriores. Com a formação de 1397 alunos, esperasse que a taxa de homicídio diminua em 2018. O crime de homicídio é um dos que mais evidencia a relação existente entre as drogas e a criminalidade. Na cidade de São Borja, apesar de continuar existindo está relação nota-se que quando houve a diminuição da aplicação do PROERD houve o seu aumento. É o que demonstra as tabelas apresentadas.

É possível perceber que os números referentes aos crimes contra o patrimônio também oscilam muito, tendo um acréscimo considerado entre os anos de 2014 e 2015. Com relação aos crimes relacionados ao consumo e tráfico de drogas, começou com índices altos no ano de 2008, havendo sua diminuição gradativa até 2014, passando a aumentar novamente, comparando com a tabela de alunos que fizeram o PROERD pode se notar que o aumento se deu nos mesmos anos que passaram a diminuir os alunos formados.

Comparando aos índices da cidade de Santana do Livramento, podemos notar que os dados são parecidos, pois nos anos em que houve o maior número de alunos formados pelo PROERD, foram os anos de menor índices de criminalidade, corroborando que investir em prevenção é uma forma eficaz na diminuição da violência. .

Este artigo buscou apresentar a forma de Gestão Pública através das Políticas de Segurança Pública aplicadas pela Brigada Militar de São Borja, na prevenção ao uso de drogas, tendo por objetivo a sensibilização das crianças e adolescentes para as estratégias de redução de danos, prevenindo-as de usos e comportamentos arriscados. Desde a implementação destas políticas públicas, buscou-se uma interação da comunidade escolar com o PROERD, bem como ver o alcance, concernente ao número de participantes.

A produção destes indicadores de violência pode auxiliar os atores responsáveis pela manutenção da ordem pública, a traçar estratégias junto com os demais poderes, na

capacitação de mais policiais militares para ministrarem junto a mais escolas, de uma forma que todas as crianças e adolescentes venham a participar destes projetos de conscientização.

Foi feito um levantamento da violência de São Borja, com dados, estatísticas dos crimes mais registrados através das ocorrências policiais, com o objetivo de analisar a oscilação de praticas dos mesmos, desde a implementação das políticas públicas na cidade. Verificando que embora neste últimos dez anos não houve uma diminuição considerável nos crimes da cidade, os mesmo não tiveram um aumento, frente a dados crescentes da violência em âmbito estadual e federal.

A aplicação das políticas públicas por parte de um órgão responsável constitucionalmente do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública trata-se um fator positivo para o município, pois demonstra que toda forma legal de redução de índices de violência é válida, que a prevenção através da educação é uma ferramenta importante para a busca de uma sociedade onde todos terão seus direitos respeitados, aonde a dignidade humana será a característica da sociedade.

Visando não apenas a prevenção e a extinção deste mal que assola a sociedade samborjense, sugere-se investimento maciço na Brigada Militar, principalmente em relação ao aumento de pessoal, para que com isto seja possível atender a demanda de serviço. Concomitantemente, importa a criação de vários programas direcionados aos jovens adolescentes e crianças com o intuito de afastá-los das drogas e da criminalidade, com a participação dos Governos Federal, Estadual, Municipal e da comunidade.

Por fim, pode-se concluir que o grande desafio que se impõe por parte do PROERD, esta em manter a sua continuidade, frente a diminuição do efetivo policial militar, e embora sendo um projeto novo na comunidade de São Borja, comprovar que suas políticas tem contribuído para a diminuição da violência, necessitando da realização de uma pesquisa qualitativa com os integrantes que passarão pelo projeto, mapeando também os bairros da cidade que tenham índices de violência que necessitam de uma atenção especial pelos órgãos de segurança pública.

Diante do quadro apresentado, é preciso efetivar e reforçar os direitos fundamentais sociais e a cidadania, elaborar estratégias para combater a criminalidade organizada, diagnosticar as causas da criminalidade e atuar preventivamente sempre com a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas.

Embora o foco do presente trabalho seja avaliar a aplicação do PROERD nas escolas de São Borja, vale ressaltar a importância do alcance nacional de medidas que promovam, em nível nacional, a implantação de um programa de segurança pública que contemple a

prevenção e a recuperação relativas ao uso e tráfico de drogas e aos crimes decorrentes, com investimentos em infra-estrutura nas regiões carentes, reforço na educação, criação de empregos, apoio à cultura e lazer, com o apoio de toda a sociedade. Tais medidas, mais do que amenizar a relação entre a violência e a utilização das drogas, demonstrarão respeito do Poder Público em relação ao ser humano, pois criminosos, usuários de drogas e vítimas, terão novas oportunidades de exercer sua cidadania, cada um cumprindo seus deveres perante a sociedade, e tornando-se efetivos sujeitos de direitos.

Conclui-se, que as políticas de segurança públicas podem ser consideradas a principal ferramenta de combate preventivo à criminalidade, sendo a alternativa capaz de mudar o atual quadro que se encontra a segurança pública brasileira, fazendo do policial o instrumento fundamental e permanente da democracia para a proteção dos direitos e das liberdades.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Conceitos fundamentais**: Ponto de partida para uma reflexão de políticas públicas. Brasília : Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

_____. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 5, n. 6, p. 25-36, 1997.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos**: Coisa de Polícia-CAPEC. Passo Fundo-RS : Pater Editora, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 05.12.2017.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 1, 2014.

CHESNAIS, Jean Claude. **A violência no Brasil**: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. Ciência & Saúde Coletiva, v. 4, p. 53-69, 1999.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **A PNDR em dois tempos**: A experiência aprendida e o olhar pós 2010. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional (MI). Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010.

_____. Ministério da Justiça. **Plano estratégico de fronteiras**. Disponível em <www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/plano_estrategico_fronteras.pdf>. Acesso em 05.12.2017.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 18, 2014.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais**: Elementos de fundamentação do Controle Jurisdicional de Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito. São Paulo: Saraiva, 2015

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades** – São Borja. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>. Acesso em 07.07.2018.

_____. **Cidades** – Santana do Livramento. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil/rs/Santana-do-livramento/panorama>. Acesso em 07.07.2018.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim de Análise Político Institucional**. Brasília: Ipea, 2011.

LOPES, Hálisson Rodrigo; LEMOS, Natália Spósito. **Aspectos constitucionais da segurança pública**. Âmbito Jurídico. Rio Grande, XIV, n. 93, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades**. Sociologias, n. 8, p. 16-32, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Brigada Militar. **Nota de Instrução de Ensino e Treinamento nº 005 1**. Porto Alegre, 2011.

_____. Brigada Militar. **Indicadores de criminalidade no RS**. Porto Alegre, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima**. In: Sento-Sé, João Trajano (org.). Prevenção da violência: O papel das cidades. São Paulo, Civilização Brasileira, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **O Mapa da Violência, Adolescente de 16 a 17 anos no Brasil**. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. 2015